



Enero 2020 - ISSN: 1988-7833

O ESTADO NA FORMAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL – 1930 a 1980

Ezequiel Henrique Hedlund¹

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ezequiel Henrique Hedlund (2020): “O estado na formação industrial do Brasil – 1930 a 1980”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/01/formacao-industrial-brasil.html>

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a participação do Estado na formação industrial do Brasil entre 1930 e 1980 por meio de uma revisão bibliográfica, apontando, por fim, os resultados dessa industrialização. Na literatura há consenso geral de que no período posterior a 1930 o setor industrial pôde contar com políticas governamentais mais favoráveis do que antes, o que se acentuaria nas três décadas a partir de 1950, agora com o apoio conceitual das ideias do “Velho Desenvolvimentismo”. No Brasil, o Estado foi um grande impulsionador do desenvolvimento industrial, regulando com políticas protecionistas, incentivando com políticas de financiamento, entre outras. Em contraste, as premissas da política neoliberal de meados da década de 1980 revelaram-se ineficazes, concluindo que a saída para retomar o crescimento da indústria é repensar ações que envolvam o Estado, não necessariamente em um contexto do desenvolvimentismo experimentado até 1980, mas repensar a partir das características do Novo Estado Desenvolvimentista.

Palavras-chave: Estado; Indústria; Industrialização.

THE STATE IN BRAZIL'S INDUSTRIAL FORMATION - 1930 TO 1980

Abstract: The study aims to analyze the participation of the state in the industrial formation of Brazil between 1930 and 1980, through a bibliographical review, finally pointing the results of this industrialization. In the literature, there is general agreement that in the post-1930s the industrial sector could rely on more favorable government policies than before, which would be accentuated in the three decades from 1950, now with the conceptual support of the ideas of “Old Developmentalism”. In Brazil, the state was a major driver of industrial development, regulating with protectionist policies, encouraging with financing policies, among others. In contrast, the premises of neoliberal politics of the mid-1980s proved ineffective, concluding that the way out of resuming industry growth is to rethink actions involving the state, not necessarily in a context of developmentalism experienced until 1980, but to rethink from the characteristics of the New Developmental State.

Keywords: State; Industry; Industrialization.

EL ESTADO EN LA FORMACIÓN INDUSTRIAL DEL BRASIL - 1930 A 1980

Resumen: El estudio tiene como objetivo analizar la participación estatal en la formación industrial de Brasil entre 1930 y 1980 a través de una revisión bibliográfica, señalando, finalmente, los resultados de esta industrialización. En la literatura, existe un consenso general de que, en el período posterior a

¹ Graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal Farroupilha - campus São Vicente do Sul (IFFar-SVS) e mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD/UNILA). E-mail: ezequielhh@gmail.com.

1930, el sector industrial tenía políticas gubernamentales más favorables que antes, que se acentuarían en las tres décadas a partir de 1950, ahora con el apoyo conceptual de las ideas del "Viejo desarrollismo". En Brasil, el estado fue un importante impulsor del desarrollo industrial, regulando con políticas proteccionistas, alentando con políticas de financiamiento, entre otros. En contraste, las premisas de la política neoliberal de mediados de la década de 1980 resultaron ineficaces, concluyendo que la forma de reanudar el crecimiento de la industria es repensar las acciones que involucran al estado, no necesariamente en un contexto de desarrollismo experimentado hasta 1980, sino repensar de las características del "Nuevo Estado Desarrollista".

Palabras clave: Estado; Industria; Industrialización.

1. INTRODUÇÃO

As teorias do desenvolvimento no pós-guerra iniciou nos anos 1950 e 1960 com a premissa de que o Estado podia ser usados para promover a mudança estrutural, sobretudo acelerar a industrialização (EVANS, 1993), como é visto a experiência de industrialização no Brasil partindo da década de 1930.

O Brasil atual, conforme Loures, Oreiro e Passos (2006) e Marquetti (2002), baseados nos trabalhos de Peter Evans e suas considerações sobre o novo-desenvolvimentismo, vem passando por um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, consequência do baixo investimento, principalmente por parte do Estado, realizado na economia e na indústria brasileira, concordando com as palavras de Suzigan (1995), quando aborda que a perda do dinamismo e do atraso tecnológico da indústria dos anos 80 em diante é a falta de políticas industriais.

O fato se concretiza nas considerações de outro trabalho de Suzigan, escrito com João Furtado, quando afirmam que a falta da participação do Estado:

“[...] mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, resultando em fortes processos de desnacionalização, conflitos entre Estado e entidades representativas das empresas, fortes pressões setoriais por proteção, crise do federalismo devido às políticas estaduais de atração de investimentos que ocupavam o espaço vazio da PI, baixo dinamismo da indústria que lutava para se ajustar ao novo quadro, desemprego crescente e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas.” (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

A partir disso, encontra-se diversas linhas teóricas que apresentam dados e argumentos que tratam a industrialização brasileira partindo da década de 1930 quando, em um período de crise mundial, o Estado teve papel fundamental para o protecionismo e o incentivo à indústria, apresentando dados satisfatórios em relação à fase da Grande Depressão que se encontrava o cenário mundial. Logo, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação do estado na formação industrial do Brasil entre 1930 e 1980, por meio de uma revisão bibliográfica, apontando, por fim, os resultados dessa industrialização.

2. ESTADO: UM CONTEXTO HISTÓRICO

Nas palavras de Botega et al (2006) quando cita Myrdal 1972), o Estado deve atuar com políticas intervencionistas no mercado, pois se as forças de mercado não forem controladas pelo Estado, ficando livres para decidir que rumo tomar, as atividades empresariais se concentrarão em regiões ou localidades específicas, fazendo com que o restante da região fique paralisado economicamente. Essas regiões e localidades específicas já apresentam naturalmente vantagens competitivas, pois, geograficamente falando, ficam próximas de pontos estratégicos.

Dito isso, esta seção parte da mesma forma que Boyer (1999) introduz seu trabalho, levantando questões a respeito da função do Estado para o desenvolvimento. Ao citar Sen (1988), Boyer (1988) faz os seguintes questionamentos: o mercado precisa do Estado? Ou, ao contrário, o vigor do mercado irá privar o Estado de seus atributos? Para favorecer o desenvolvimento é preciso mais ou menos Estado?

A partir disso, inicia-se a contextualização primeiramente com a definição de Estado que Tilly (1996), analisando a formação e transformação dos Estados europeus, traz em seu trabalho, que refere-se a esse como “organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de

parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios”. Segundo o autor:

“Os governantes tentaram defender e ampliar seu domínio sobre populações e territórios. A ameaça suscitada por outros Estados fez com que quase todos os governantes europeus se envolvessem na guerra internacional. As pessoas comuns se recusaram a ceder os recursos e os homens necessários para a guerra. Os modos de produção e as estruturas de classe associadas a eles tiveram influência sobre aquilo que os governantes precisaram fazer para extrair os recursos, sobretudo a natureza das negociações que, durante o processo, tiveram de manter com as classes superiores.” (TILLY, 1996)

Como visto, Tilly (1996) então traz que “os Estados se desenvolveram como consequência não planejada dos esforços que os dirigentes enviaram para extrair os recursos e homens necessários para a prática da guerra.”

Weber (2007 [1918]), em sua obra *Ciência e Política: Duas Vocações*, argumenta que o Estado, que ele entende por agrupamento político, não se deixa definir por seus fins, pois o Estado só se define pelo específico meio que lhe é peculiar, trazendo o exemplo do uso da coação física. Para entender essa exemplificação, Weber (2007 [1918]) afirma que o Estado se funda na força, ou seja, se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria desaparecido e se substituiria pelo termo “anarquia”.

Desta forma, a formação inicial do Estado se caracteriza como uma máquina de guerra, no que Tilly (1996) destaca atividades desse Estado como: prática da guerra, proteção, extração, aplicação da justiça, distribuição e produção. Usando o Exemplo da Catalunha, Tilly traz que:

“[...] as exigências reais de aumento dos impostos de guerra colocou o rei (ou, antes, o seu ministro Olivares) num implacável conflito com as Cortes. Em 1640, a coroa enviou nove mil soldados à província com o intuito de fazer cumprir as suas exigências de pagamento, de reduzir a possibilidade de uma resistência organizada e de aplicar uma espécie de chantagem (pois os catalães eram obrigados a tolerar os soldados e sofrer as suas depredações enquanto não fossem pagas as suas obrigações). O aquartelamento de soldados sem o consentimento da província violou os direitos estabelecidos da Catalunha. Levantou-se uma vasta rebelião popular. (TILLY, 1996)

Passando para as considerações a respeito da transformação desse Estado, Ferraresi (2015) destaca o mecanismo causal básico da transformação até o Estado-nacional moderno, baseado nos trabalhos de Tilly: a dialética entre cidades e Estados. O autor destaca que a construção do Estado-nacional moderno através da coerção capitalizada “foi alicerçada pelo desarmamento civil e de facções rivais e pela estruturação das forças armadas do Estado, assim, a lógica da guerra e da coerção poderia ser empreendida com as atividades de extração e proteção.”

Para explicar tal argumento, Ferraresi (2015) ainda demonstra a interpretação de Tilly sobre a análise dos níveis de coerção e capital com a hipótese de que foi a necessidade da guerra que produziu e modificou os aparatos estatais (e o Estado, por sua vez, efetuando as guerras), e com relação à sua posição no sistema internacional. Conforme Tilly (1985), a lógica da guerra – interna e externa –, engendrando meios de taxação das populações locais, é um nexos crucial da dinâmica estatal.

No que diz Ferraresi (2015), Tilly posiciona o sistema internacional de forma confusa, tanto como uma variável independente, pois é a anarquia que incentiva a guerra e que, por sua vez, faz os Estados, e quanto como um conjunto de regras que constroem os atores. Para Hobden (1998), uma explicação possível para esta posição de Tilly é a noção de contingência histórica, no que “inicialmente o Estado seria fruto de causas estruturais ao passo que a construção social lenta e progressivamente tomara parte no seu desenvolvimento.” (HOBDEN, 1998)

Partindo disso, Bull (2012) faz algumas considerações, apontando novas características no papel desse Estado:

“[...] Em primeiro lugar, aqueles atos clássicos da diplomacia e da guerra pelos quais os Estados procuram preservar um equilíbrio de poder geral no sistema internacional para acomodar ou conter conflitos de ideologia; para resolver ou moderar conflitos de interesse de Estado; para limitar ou controlar armamentos e forças armadas em relação aos interesses

percebidos na segurança internacional; para satisfazer os requisitos dos Estados insatisfeitos para aquilo que eles consideram uma mudança justa; e garantir e manter a aquiescência das potências menores na assunção pelas grandes potências de direitos e responsabilidades especiais. (BULL, 2012)

Dessa forma, no que diz Ferraresi (2015), os Estados é que são as principais instituições da sociedade internacional na medida em que são eles próprios que realizam essa miríade de ações no sentido de proteger as regras que servem de guia para a consecução das metas elementares da vida social.

O trabalho de Weber e dos economistas institucionalistas, como Polanyi (1957), Gerschenkron (1962) e Hirschman (1958), constitui o ponto de partida da relação desse Estado transformado com o mercado. Polanyi (1957) argumentou que “o caminho para o livre mercado estava aberto e era mantido aberto graças a um enorme aumento no intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado”. Conforme interpreta Evans (1998), a pressuposição de Gerschenkron (1962) e Hirschman (1958) primeiro é de que um projeto comum fundamenta as interações do Estado e da sociedade, segundo é que os autores tornam claro que as relações Estado-sociedade, especialmente aquelas que vinculam os Estados às elites empresariais, são tão importantes quanto as estruturas internas. A partir disso, Evans (1998) traz que “tanto as elites industriais como o Estado estão interessados na transformação, nenhum pode implementar o projeto sozinho, e cada um contribui com alguma coisa para a sua realização.” Logo, para Evans (1998):

“Na falta de capitalistas individuais capazes de assumir riscos na escala exigida pela tecnologia moderna, assim como de instituições privadas que permitam que grandes riscos sejam partilhados por uma ampla rede de investidores, o Estado deve servir como banco de investimentos, reunindo os fundos necessários e encorajando sua aplicação em atividades transformadoras.” (EVANS, 1998)

Essa consideração diverge de Hirschman (1958), pois o autor trata que o capital não é o principal ingrediente que falta, pois o que impede o caminho da transformação industrial é uma carência de empresariado no sentido de “percepção de oportunidades de investimento e sua transformação em investimentos reais”

Na América Latina, principalmente no que se refere ao período analisado nesse trabalho, a característica desse Estado se passa por uma concepção do “Velho Estado desenvolvimentista”, que Almeida (2011), ao estudar as a diferença desse Estado com o “Novo Estado desenvolvimentista” dos trabalhos de Evans (2008) e Trubek (2008), caracteriza como “aquele mais voltado para facilitar o processo de transformação de economias de base primária exportadora para uma economia industrializada”, ressaltando ainda que nesse velho desenvolvimentismo “cabe ao Estado o duplo papel de atuar em alguns setores como investidor e em outros subsidiando e protegendo o investimento privado.”

Almeida (2011), ao citar Kohli (2004), ainda traz que, no velho estado desenvolvimentista, ocorre o que se chama de “estado capitalista politicamente coeso.”

[...] caracterizado por um poder central forte, uma forte aliança entre a elite industrial e o governo, algum controle ou regulação dos trabalhadores e a existência de uma burocracia eficiente com servidores recrutados por critérios meritocráticos. Esse foi o Brasil do período de substituição de importação e a Coreia no auge de sua política industrial.” (KOHLI, 2004 apud ALMEIDA, 2011)

Visto a importância da aliança política, Evans (1995) citado por Almeida (2011), enfatiza o que ele chamou de “parceira e autonomia” explicando a relação próxima do Estado com a elite industrial que seria importante para entender experiências bem sucedidas de política industrial. É neste contexto que se insere o Brasil no período de 1930/1980.

Diferente disso, conforme Almeida (2011) e suas interpretações aos trabalhos de Romer (1986) e Lucas (1988), o Novo estado Desenvolvimentista baseia-se na inovação e no capital humano para promoção da renda per capita. No que explica Almeida (2011), “Romer modelou rendimentos crescentes nos modelos de crescimento, explicando que esses rendimentos decorreriam da contribuição de novas “ideias” no uso mais produtivo dos fatores de produção: capital e trabalho.” Já Lucas, como relata Almeida (2011), dividiu o fator de produção trabalho em duas categorias: aquela que representa habilidades gerais e outra parte que depende dos investimentos acumulados em educação. Lucas (1988) então chegou a concluir que quanto mais o investir em educação, menor a necessidade da outra categoria de trabalho para se obter o mesmo produto.

3. A ATUAÇÃO DO ESTADO NA FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA – 1930 a 1980

O atual debate sobre Estado como ator fundamental no caso brasileiro parte das concepções de Bresser-Pereira (1997) quando aponta que “a razão básica está provavelmente no fato de que houve a percepção generalizada de que o ajuste estrutural não era suficiente para a retomada do desenvolvimento”, dito isso pois:

“Desde meados dos anos 80, os países altamente endividados têm-se dedicado a promover o ajuste fiscal, a liberalizar o comércio, a privatizar, a desregulamentar. Os resultados foram positivos, à medida que se superaram os aspectos agudos da crise, mas não se retomou o crescimento. O pressuposto neoliberal que estava por trás das reformas provou ser irrealista.” (BRESSER-PEREIRA, 1997)

Diferente disso, já no início da industrialização dados na Era Vargas, no que D’Araújo (2002) complementa que foi na década de 1930-1940 que houve um forte incentivo industrial patrocinado pelo Estado com a criação de empresas estatais, o país apresentou números de crescimento satisfatórios, como, por exemplo, Suzigan (1971) quando explana que a produção industrial, em função de crise de 1929, começou a se recuperar a partir de 1931, em função do forte incentivo, onde, especialmente no estado de São Paulo, aumentou 8,9% neste ano. O autor ainda enfatiza a década de 1930-1940, na qual, embora a recuperação tenha se mostrado logo em 1931, foi a partir de 1933 que o crescimento da produção industrial acelerou, atingindo taxas de crescimento de 10% no período de 1933-1936 e de 6% entre 1937-1939. Para complemento, conforme Fishlow (1972):

“[...] O produto interno bruto em 1932 ultrapassou o pico de 1928 e daí em diante passou a evoluir a uma taxa de 5,6 por cento até 1939, mais rapidamente, portanto, do que nos anos vinte. As manufaturas lideraram o surto, aumentando a uma taxa de 8,6 por cento, enquanto a agricultura se expandia a uma taxa correspondente à metade desta. As importações reais declinaram e, em 1934, chegaram à metade do pico observado em 1929, mantendo-se estagnadas por um período de cinco anos.” (FISHLOW, 1972)

Nas concepções de Carvalho (1999), até mesmo nos países capitalistas desenvolvidos a função do Estado tinha sua relevância perante o processo de desenvolvimento, destacando atividades como, por exemplo, o apoio a iniciativas coloniais, a imposição de leis protecionistas, mesmo a distribuição de crédito subsidiado, entre outras.

No caso brasileiro, há geral concordância, na literatura, quanto ao fato de que, no período posterior a 1930, o setor industrial pôde contar com políticas governamentais mais favoráveis do que antes, o que se acentuaria nas três décadas a partir de 1950, agora com o respaldo conceitual das ideias “desenvolvimentistas”. Parte importante dessas políticas pró-indústria, nas palavras de Versiani (2012), foi a prática de um protecionismo tarifário e cambial.

Primeiro exemplo disso é a consideração de Furtado (1963) que atribui o menor impacto da crise do café e da Grande Depressão sobre a economia brasileira à política de defesa do café implementada pelo governo federal a partir de 1931. Segundo exemplo, nas palavras de Cano (1998), é a criação de uma medida de reforma cambial, estabelecendo o regime de taxas múltiplas de câmbio e remunerando melhor o exportador, dadas em função da crise internacional de superprodução do algodão em 1952 e a cafeeira, a partir de 1954, que precipitaram o país em um estrangulamento externo, no que, Conforme o autor, ainda 1955 se instituindo outra medida que vinha com o objetivo de ingressar o capital estrangeiro por força do problema cambial, buscando estimular a penetração de capital de risco

Segundo o raciocínio, Cano (1998) explica o período em que se consolidou a implantação da matriz industrial brasileira, entre 1970 e 1985, no qual teve como maior variável de sustentação os efeitos das políticas de desenvolvimento regional implementadas a partir de década de 1960, quando as políticas tinham objetivo de promover investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumo, proporcionando um processo de desconcentração industrial regional.

O autor ainda aponta diversas considerações sobre o processo de desconcentração produtiva no plano nacional, e define alguns determinantes, como: As políticas de incentivo às exportações, juntamente às bases do crédito rural; e as políticas de incentivos cambiais, fiscais e financeiros ao Nordeste, Amazônia e Espírito Santo, que “intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional.”

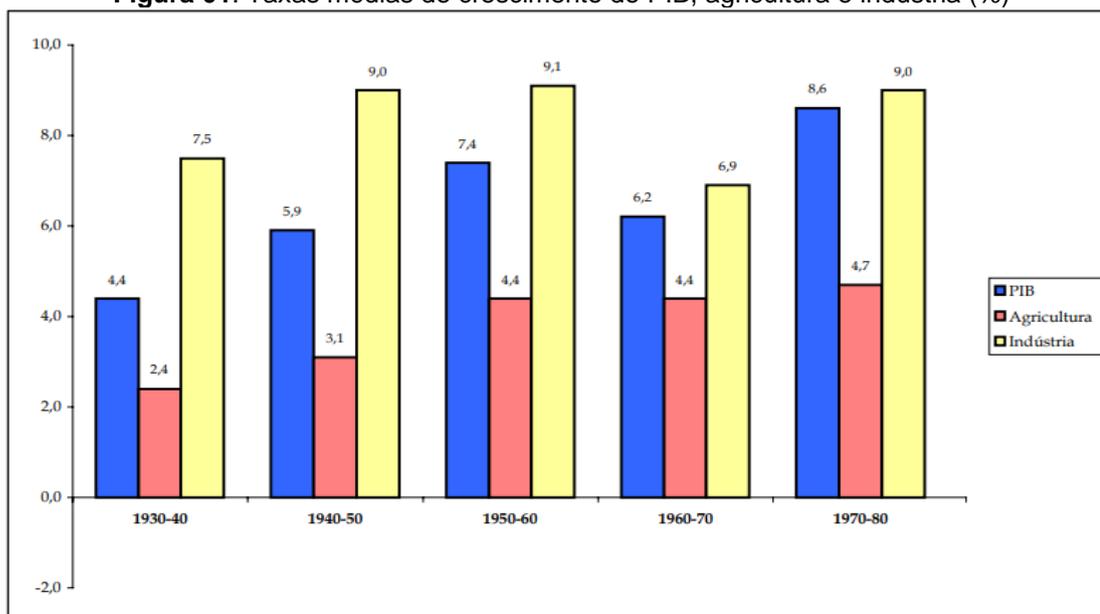
Nessa linha de pensamento, antes mesmo dessas considerações de Cano (1998), os trabalhos de Versiani e Suzigan (1990) já destacavam e argumentavam sobre o papel do Estado no processo de industrialização. Ao se referirem à crise de 1929, os autores explanam que a indústria era um fato ao qual o governo tinha que se acomodar, apesar do discurso liberal unanimemente adotado por presidentes e ministros, medidas de estímulo e mesmo de proteção passaram a ser gradualmente adotadas, de forma deliberada, ainda que com reduzido efeito prático.

No que dizem Versiani e Suzigan (1990), ao notarem um resultado positivo das políticas industriais e medidas tomadas, “o estímulo à indústria não era mais visto sob a ótica de medidas provisórias ou emergenciais, mas passava a ser considerado como atividade normal do governo, requerendo normas formais específicas”. Esta argumentação se completa com a visão de Tavares (1999) quando explica que:

“O projeto nacional-desenvolvimentista de industrialização pesada só foi iniciado verdadeiramente pelo segundo Governo Vargas, com a criação da Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Alcalis, a Petrobrás e o BNDE, e continuou, depois de breve interrupção causada pela sua morte, através do Plano de Metas do Governo JK. Não se trata, portanto de um projeto de desenvolvimento autônomo da burguesia Nacional. Estava constituído desde o início por um forte núcleo industrial estatal, onde tanto o capital estrangeiro como nacional desempenhavam papéis complementares. (TAVARES, 1999)

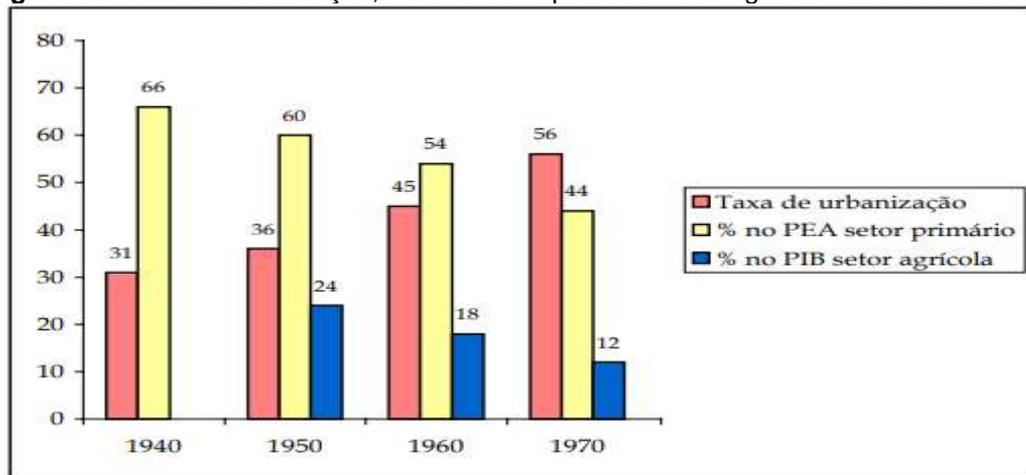
Explanada a contextualização dessa ação estatal no desenvolvimento industrial do país, os números não deixam de concordar com o que aqui foi revisado. Dito isso pois o consistente aumento da produção industrial fomentou o crescimento da economia brasileira da década 1930 à década de 1970. Conforme Sarti e Hiratuka (2011), “a indústria foi o motor do crescimento econômico brasileiro, quando o país constituiu uma estrutura industrial relativamente diversificada”, isso pois no gráfico da Figura 01 podemos notar que o crescimento industrial, da década de 1930 à década de 1970, esteve à frente dos outros segmentos da economia.

Figura 01: Taxas médias de crescimento do PIB, agricultura e indústria (%)



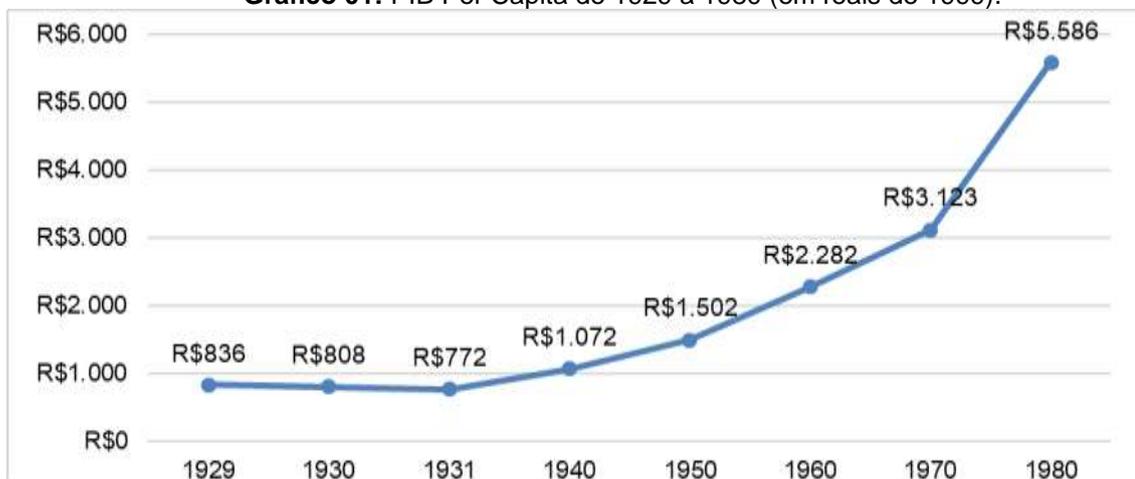
Fonte: Assis, 1999.

Como visto, a industrialização se consolidou como força produtiva, liderando o desenvolvimento do país a partir da segunda metade do século XX. Em resultado desse crescimento industrial, no gráfico da Figura 02 observa-se uma transformação demográfica materializada no processo de urbanização e uma queda no PIB do setor agrícola, onde a População Economicamente Ativa (PEA) do setor primário despencou.

Figura 02: Taxa de urbanização, PEA do setor primário e PIB agrícola entre 1940 a 1970.

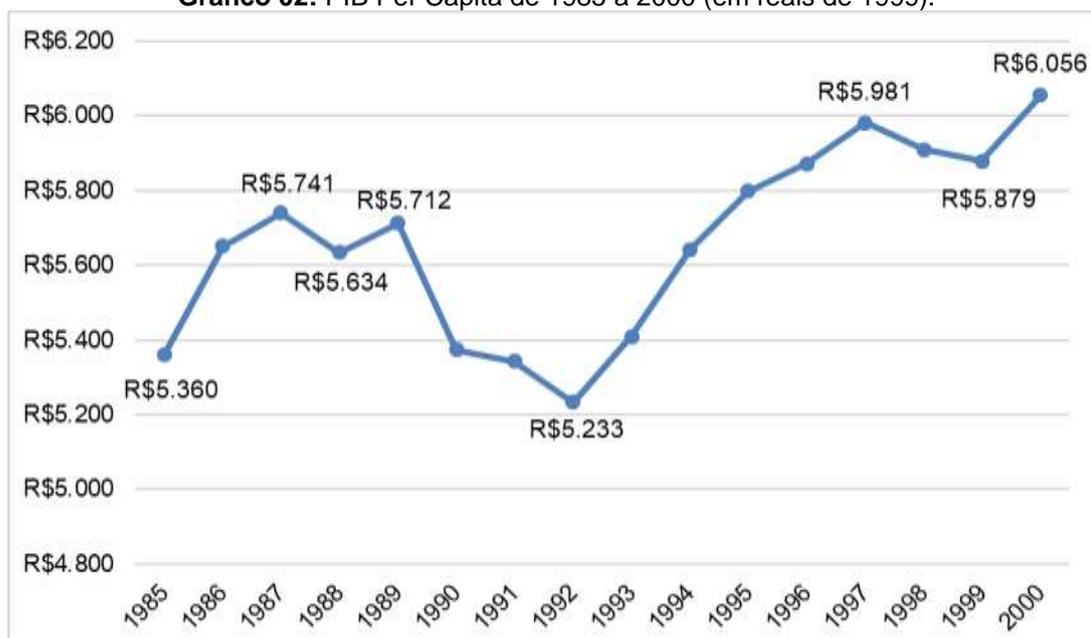
Fonte: Assis, 1999

Embora visto a queda do PIB no setor primário, não se deixa de destacar o crescimento do PIB per capita no período pós crise, no qual, conforme o Gráfico 01, teve uma queda entre 1929 e 1931, mas como revisado nas considerações de Suzigan (1971), a partir de 1931 a mudança produtiva já se mostrou com impacto imediato.

Gráfico 01: PIB Per Capita de 1929 a 1980 (em reais de 1999).

Fonte: IBGE, 2019. Adaptado pelo autor.

Diferente disso, conforme as colocações de Bresser-Pereira (1997) em relação aos pressupostos neoliberais, a partir de meados de 1980 o PIB Per Capita não mostra o crescimento constante visível no Gráfico 01.

Gráfico 02: PIB Per Capita de 1985 a 2000 (em reais de 1999).

Fonte: IBGE, 2019. Adaptado pelo autor.

Visto isso, é visível a maior oscilação entre ascensão e queda em relação ao Gráfico 01, no que somente em 1995 para conseguir se recuperar e passar a renda máxima anterior que foi registrada em 1987.

Outras análises que se completam com o debate aqui proposto são as interpretações Salm (1992). Analisando os avanços no aumento de produção de bens de capital, o autor constata que “enquanto, na metade dos anos 60, cerca de 80% das exportações brasileiras eram de produtos primários, em 1980 os produtos manufaturados já compunham quase a metade da pauta de exportações.” Conforme as palavras de Salm (1992), então, verifica-se uma industrialização diversificada, pois, ainda no que diz o autor:

“Até 1980, a indústria brasileira incorporou a produção de praticamente todos os segmentos, inclusive insumos básicos e bens de capital, estabeleceu fortes vínculos com a agricultura, induzindo sua mecanização e o uso de fertilizantes, e modernizou os serviços de transportes e de comunicações. (SALM, 1992)

Já, em consenso com Salm (1992), Assis (1999) destaca outro fator importante, deixando claro que o processo de consolidação da indústria repercutiu em todos os setores da economia, mesmo aqueles não diretamente ligados às indústrias. Ou seja, o setor de serviços, a agropecuária, entre outros paralelos passaram por mudanças demandas pela industrialização. Segundo a autora:

“Além de se tornar a base da economia a partir da primeira metade deste século, o desenvolvimento industrial também foi importante porque conduziu a expansão de outros setores econômicos. Ele impulsionou o desenvolvimento do setor terciário, principalmente o dos segmentos mais diretamente ligados à indústria, como os serviços industriais de utilidade pública, transportes, comunicações, armazenagem e parte do comércio e finanças.” (ASSIS, 1999)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo aqui proposto, o Estado em sua característica baseada no Velho Desenvolvimentismo foi grande impulsor do desenvolvimento industrial brasileiro, regulando com políticas protecionistas, incentivando com políticas de financiamento, entre outros. Afirma-se isso pois a experiência nos anos seguintes, conforme relatado por Bresser-Pereira (1997), Suzigan e Furtado (2006), experimentou minimizar a atuação do Estado nas políticas de desenvolvimento, principalmente da indústria, resultando em ações que não retomaram o crescimento.

Em relação aos números apresentados cabe a futuros trabalhos analisar tanto os impactos, sejam positivos ou negativos da transformação demográfica materializada no processo de urbanização e a queda no PIB do setor agrícola, quanto outros fatores que possam influenciar direta ou indiretamente os índices de crescimento do PIB Per Capita, como medidas de governo.

Sobretudo, no caso brasileiro o Estado é um dos maiores determinantes do desenvolvimento industrial, não necessariamente num contexto do Velho Estado Desenvolvimentista, mas cabe repensar a partir de uma indústria caracterizada nas considerações do Novo Estado Desenvolvimentista, ou até mesmo vislumbrando a interdisciplinaridade, interagindo entre setores para chegar a uma tomada de decisões mais democrática, identificando onde, o que, qual e como pode ser desenvolvida a indústria para ao mesmo tempo que traga crescimento, geração de renda e emprego, almejando o desenvolvimento, diminua os impactos paralelos à indústria, como por exemplo a questão ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. O novo estado desenvolvimentista e o governo Lula. **Revista Economia e Tecnologia**, v. 7, 2011.

ASSIS, Marisa de. **O mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1999. 147 p. (Série SENAI Formação de Formadores).

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 1, p. 5, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Doença holandesa e desindustrialização. **Valor Econômico**, v. 25, n. 11, 2009.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial** Macmillan International Higher Education, 2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. 1999.

EVANS, Peter. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 2, n. 2, 1998.

EVANS, Peter. In search of the 21st century developmental state. **The Centre for Global Political Economy, University of Sussex Working Paper**, v. 4, 2008.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 107-157, 1993.

FERRARESI, Daniel Gonçalves. A dupla formação do estado-nacional moderno estrutura institucionalizada e instituição da sociedade internacional. **5º encontro nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais: Redefinindo a diplomacia num mundo em transformação**. Belo Horizonte - MG, 2015

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 2, n. 6, p. 7-75, 1972.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic backwardness in historical perspective: a book of essays**. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

HIRSCHMAN, Albert. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOBDEN, Stephen. **International Relations and Historical Sociology: Breaking Down Boundaries**. 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acessado em: 18/05/2019.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha; OREIRO, José Luís; PASSOS, Carlos Artur Krüger. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. **Revista Economia e Tecnologia**, v. 2, n. 1, 2006.

LUCAS, R. On the mechanics of economic development. **Journal of monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988

MARQUETTI, Adalmir A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 32, n. 1, p. 103-124, 2002.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press. 1957.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, p. 1002-1037, 1986.

SALM, Claudio. Mercado de trabalho brasileiro: uma visão prospectiva. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 9, n. 1, p. 83-86, 1992.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. **Campinas: IE. Unicamp**, 2011.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.

SUZIGAN, Wilson. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Instituto de Economia/UNICAMP, 1995.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de economia política**, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

TILLY, Charles. Coerção. Capital e Estados Europeus 990-1992. **São Paulo: Edusp**, 1996.

TILLY, Charles. **War Making and State Making as Organized Crime**. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 169-187.

TRUBEK, David M. Developmental states and the legal order: towards a new political economy of development and law. **Univ. of Wisconsin Legal Studies Research Paper**, n. 1075, 2008.

VERSIANI, Flávio Rabelo et al. As longas raízes do protecionismo: 1930 e as relações entre indústria e governo. **Revista Economia**, v. 13, n. 3, p. 868-899, 2012.

VERSIANI, Flávio Rabelo; SUZIGAN, Wilson. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: **Congresso Internacional de História Econômica**. 1990.

WEBER, Max. Política como vocação. In: **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, p.55-74, 2007 (1918).